



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	-1. FEV. 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

o jornal

Prometer

— e não cumprir

Este Governo, ou a AD, prometeu várias coisas, mesmo muitas coisas, que não está obviamente a cumprir. Nem isso seria (ou será) razão para grande espanto, quando é certo que, infelizmente, já se sabe que certas promessas feitas em altura de campanha eleitoral não passam disso e nunca chegam a ser cumpridas. Mas se, até certo ponto, isso é habitual — o que não nos leva a considerá-lo admissível... — o mesmo já não se pode dizer quando se trata da negação de toda uma filosofia que, em larga medida, serviu de base à campanha e fez com que se tenha ganho as eleições.

Dentro desta óptica, não é de admirar que, durante a campanha, alguém diga que vai estancar ou diminuir a alta dos preços — e, pela primeira e significativa amostra, não seja isso que pareça vá acontecer. Nem nós pensamos que se possa criticar muito o Governo por tais subidas — poder-se-á é criticá-lo por (à semelhança, aliás, de alguns dos que o precederam) não explicar devidamente esses aumentos. E criticá-lo na medida em que, quando outros aumentos semelhantes foram decretados por governos anteriores, os seus membros não se terem coibido de críticas tantas vezes injustas e demagógicas.

Agora o que já admira, ou mesmo indigna, é que se estejam a utilizar critérios revanchistas e de discriminação ideológica para afastar pessoas de honestidade e competência fora de qualquer dúvida para o exercício dos cargos que ocupam. Falámos aqui, na semana passada, nomeadamente do caso de Lurdes Pintasilgo e de outros embaixadores que o actual Governo se prepara para afastar. Hoje, entre outros exemplos, ressalta o do presidente da comissão administrativa da RTP.

Com efeito, Soares Louro é um homem de televisão e que, trabalhando na RTP desde a sua fundação, conhece a casa e os seus problemas como ninguém. A obra que realizou está à vista e é indiscutível. E, apesar de ser trágica a obra do PS, as críticas que têm sido feitas à RTP, mormente ao nível fundamental da nacionalização do 1.º canal, até de favorecerem as forças políticas conservadoras, integradas na AD ou próximas dela.

Assim, o seu afastamento e substituição por uma pessoa que politicamente se situa na área da AD e que nada tem a ver com a RTP, nem com o fenómeno televisivo, ou a gestão duma empresa do sector — só pode ser classificado como um «saneamento». E mais um saneamento deplorável que só serve para condenar quem o promove.

A AD prometeu que seria parte fundamental da sua actuação não afastar ou sanear ninguém por razões partidárias ou políticas e pôr sempre acima de questões ideológicas critérios de competência. Ora é evidente que nada disso se está a verificar.

Aliás, «competência» e «competências» foram das palavras com que a AD encheu mais a boca. As primeiras amostras, porém, e salvo algumas excepções, não têm sido nada brilhantes — e outras têm sido mesmo absolutamente decepcionantes, ultrapassando tudo o que de pior se poderia esperar.

E — já para lá das críticas que nos merecem a orientação que está a seguir no ministério e as perseguições que está a mover — o caso mais nítido, e talvez inesperado, é o do próprio vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral. Pois como explicar, se não por falta dela, diversas suas atitudes, como por exemplo as tomadas, quanto à falada nomeação de Melo Antunes para adjunto de Kurt Waldheim e aos telegramas que então fez seguir para Nova Iorque?

Por outro lado, também não parece ser de grande «competência» o Governo ter decretado a nacionalização de acções da Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes quando, nos termos do art.º 167.º, q) da Constituição da República, é da competência exclusiva da Assembleia da República legislar sobre essa matéria: e, nunca tendo sido aprovada qualquer legislação em tal domínio, não se vê como possa ter sido tomada aquela decisão.

Um discurso grave

Mas, mais grave nos parece ainda o discurso que o ministro Freitas do Amaral proferiu em Estrasburgo. Já nem nos referimos aos pontos de vista nele expendidos, mas sim ao facto do chefe da diplomacia portuguesa ter ido proferir à sede do Conselho da Europa uma fala que, em muitos passos, pareciam bastante mais adequados para uma sessão de propaganda do seu partido ou da AD...

Depois, e fundamentalmente, Freitas do Amaral quase se apresentou como representante dum país onde tivesse havido uma revolução ou um golpe de Estado contra alguma ditadura e não como elemento de um novo Executivo surgido natural e legalmente dentro dum processo democrático. E não faltaram as críticas bastante contundentes à anterior política externa — quando essa política é do Estado e não do Governo. Por outro lado, as questões ou discordâncias internas têm de ser debatidas dentro do país e é condenável, e ridículo, levá-las para os areópagos internacionais.

Mas, o que Freitas do Amaral fez foi isso. Mais, e pior ainda, prosseguindo numa lamentável política de afrontamento contra o Presidente Ramalho Eanes (que é, nos termos constitucionais, e como acontece em todo o mundo, quem «representa a República Portuguesa»), o que Freitas do Amaral fez foi atacar a sua acção nesse domínio.

Basta, por exemplo, ler o que Ramalho Eanes tem dito em várias ocasiões, mormente ao empossar o actual Governo, circunstância em que se referiu à nossa «clara afirmação de política externa», domínio em que a opção de Portugal não oferece dúvidas a ninguém — ou pelo menos não oferece dúvidas aos responsáveis pela política externa de outros países, e designadamente daqueles que se encontram na área de relações preferenciais de Portugal.

Pois, em Estrasburgo, o ministro dos Negócios Estrangeiros disse exactamente o contrário, afirmando que a posição de Portugal tem sido «indefinida», e agora é que passará a ser «inequívoca», acusando de «ambiguidades», «falta de clareza se não de seriedade», a anterior política externa do nosso país, em que naturalmente o PR tem assumido grande empenhamento.

Como falta de sentido das responsabilidades, e respeito pelos anteriores governos, tão legítimos e democráticos como este, e até de desconsideração face ao Presidente da República — convenhamos que era difícil ir mais longe. Fazê-lo, para mais no estrangeiro, num organismo internacional, é chegar a um extremo de facto impensável...